

Paulo Lôbo

Direito Civil

Parte Geral

volume 1

8ª edição

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53605-14-9

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 1 : parte geral / Paulo Lôbo. – 8.
ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito civil - Brasil I. Título.

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

18-1534

CDU 347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil 347(81)

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Ana Cristina Garcia (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Claudirene de Moura Santos Silva Fernanda Matajs Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan Reis
Planejamento e processos	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Fernando Penteado Mônica Gonçalves Dias Tatiana dos Santos Romão
Novos projetos	Fernando Alves
Diagramação	Designios Editoriais
Revisão	Caio Cobucci Leite Silvana Cobucci
Capa	Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 15-10-2018Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605391 CAE 630775

1112-31

SUMÁRIO

Nota de abreviações	7
Apresentação	15
CAPÍTULO I	
Conteúdo do Direito Civil Contemporâneo	17
1.1. Conceito e Dimensão do Direito Civil	17
1.2. Matérias que Integram o Direito Civil Brasileiro Atual	18
1.3. O Direito Civil no Contexto do Direito Privado	21
1.4. A Função da Codificação Civil	26
1.5. O Direito Civil Brasileiro no Sistema Jurídico Romano-Germânico	30
1.6. O Direito Civil em Outros Grandes Sistemas Jurídicos	32
1.7. Breve Evolução Histórica do Direito Civil Brasileiro	34
1.8. Origem e Função da Parte Geral	43
1.9. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)	45
1.10. O Direito Civil no Processo de Integração Latino-Americano	47
CAPÍTULO II	
Constitucionalização do Direito Civil	51
2.1. Delineamentos da Constitucionalização do Direito Civil	51
2.2. Origens e Desenvolvimento do Tema no Direito Brasileiro	55
2.3. Críticas à Constitucionalização do Direito Civil	58
2.4. O Direito Civil no Estado Social	60
2.5. Tradição Patrimonialista do Direito Civil e as Tendências de Repersonalização	63
2.6. Força Normativa da Constituição nas Relações Cíveis	66
2.7. Constitucionalização dos Principais Institutos de Direito Civil	67
2.8. A Imprescindibilidade da Constitucionalização do Direito Civil	70
CAPÍTULO III	
Princípios do Direito Civil	72

3.1.	Princípios Jurídicos	72
3.2.	Aplicabilidade Direta dos Princípios Constitucionais ao Direito Civil.	78
3.3.	Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	82
3.4.	Princípio da Solidariedade.	84
3.5.	Princípio da Igualdade.	88
3.6.	Princípio da Liberdade	92
3.7.	Princípio da Autonomia Privada	94
3.8.	Princípio da Função Social	96
3.9.	Princípio da Boa-Fé.	98

CAPÍTULO IV

	Pessoa Física e Outros Sujeitos de Direito	100
4.1.	Conceito de Pessoa	100
4.2.	Sujeito de Direito e Entes Não Personalizados.	104
4.3.	Nascituro.	106
4.4.	Tempo da Pessoa Física: Início e Término	111
4.5.	Registro Civil da Pessoa Física.	115
4.6.	Nome da Pessoa Física	120
4.7.	Capacidade Civil	124
4.8.	Capacidade Jurídica da Pessoa com Deficiência.	125
4.9.	Capacidade de Exercício	129
4.10.	Absolutamente Incapaz	131
4.11.	Relativamente Incapazes	132
4.12.	Maioridade	135
4.13.	Emancipação.	136
4.14.	Outros Modos de Cessação da Incapacidade Civil	138
4.15.	Lugar das Pessoas Físicas: Domicílio e Residência.	139
4.16.	Ausência	142

CAPÍTULO V

	Direitos da Personalidade	147
5.1.	Reconhecimento dos Direitos da Personalidade.	147
5.2.	Características Essenciais dos Direitos da Personalidade	149
5.3.	Direito Geral da Personalidade e a Tipicidade Aberta	152
5.4.	Tipos Mais Gerais de Direitos da Personalidade	154
	Direito � vida	155
	Direito geral � liberdade	156
	Direito à integridade física e psíquica	157
	Direito à privacidade.	159
	Direito à intimidade e � vida privada.	160

Direito ao sigilo.....	164
Direito à imagem	165
Dados pessoais	167
Liberdade de expressão e direito de resposta	170
Direito ao esquecimento	172
Direito à honra	175
Direito ao nome ou à identidade pessoal	176
5.5. Tipos Constitucionais dos Direitos da Personalidade	178
5.6. Autolimitação ou Disponibilidade dos Direitos da Personalidade	179
5.7. Direitos da Personalidade da Pessoa Jurídica	184

CAPÍTULO VI

Pessoa Jurídica.....	186
6.1. Conceito e Abrangência da Pessoa Jurídica	186
6.2. Funções e Teorias sobre a Pessoa Jurídica	191
6.3. Elementos da Pessoa Jurídica	194
6.4. Atos Constitutivos e Efeitos do Registro da Pessoa Jurídica.....	195
6.5. Órgãos da Pessoa Jurídica	197
6.6. Desconsideração da Personalidade Jurídica	198
6.7. Entidades Não Personificadas	203
6.8. Associações Cívicas.....	206
Direito de ser associado.....	208
Categorias de associados	208
Direitos e deveres dos associados entre si e em face da associação	209
Igualdade de direitos dos associados	212
Direito à restituição das contribuições patrimoniais	214
Direito à quota do patrimônio da associação.....	215
Desligamento e exclusão de associado.....	215
Órgãos da associação.....	216
Extinção da associação	217
6.9. Fundações de Direito Privado	218
6.10. Organizações Religiosas	222
6.11. Extinção das Pessoas Jurídicas de Direito Privado	224
6.12. Domicílio das Pessoas Jurídicas de Direito Privado.....	225

CAPÍTULO VII

Bens e Coisas.....	226
7.1. Conceito de Bens e Coisas.....	226
7.2. Patrimônio	230
7.3. Bens Imóveis	231

7.4.	Bens Móveis	234
7.5.	Bens Fungíveis.	237
7.6.	Bens Consumíveis.	238
7.7.	Bens Divisíveis.	239
7.8.	Bens Singulares e Coletivos.	240
7.9.	Bens Principais e Acessórios	241
7.10.	Pertenças	243
7.11.	Benfeitorias	244
7.12.	Bens Públicos	246

CAPÍTULO VIII

Fatos Jurídicos Cíveis	249	
8.1.	Conceito de Fato Jurídico	249
8.2.	Do Suporte Fático ao Fato Jurídico	250
8.3.	Planos do Mundo do Direito.	254
8.4.	Classificação dos Fatos Jurídicos	258
8.5.	Fatos Jurídicos em Sentido Estrito.	259
8.6.	Atos-Fatos Jurídicos.	261
8.7.	Atos Jurídicos em Sentido Amplo	263
8.8.	Atos Jurídicos Lícitos.	265

CAPÍTULO IX

Negócio Jurídico	268	
9.1.	Conceito e Elementos do Negócio Jurídico	268
9.2.	Negócios Jurídicos Unilaterais, Bilaterais e Plurilaterais	272
9.3.	Outras Espécies de Negócios Jurídicos	274
9.4.	Requisitos de Validade do Negócio Jurídico	276
	Capacidade do agente	277
	Licitude, possibilidade e determinação do objeto	277
	Forma.	279
9.5.	Exteriorização da Vontade e Interpretação do Negócio Jurídico	280
9.6.	Representação	284
	Representação legal.	288
	Representação convencional	289
	Representante	291
9.7.	Condição no Negócio Jurídico	293
9.8.	Termo e Prazo do Negócio Jurídico.	296
9.9.	Encargo no Negócio Jurídico	299

CAPÍTULO X	
Defeitos dos Negócios Jurídicos.	301
10.1. Espécies de Defeitos	301
10.2. Erro Substancial	302
10.3. Dolo	306
10.4. Coação	309
10.5. Lesão	312
10.6. Estado de Perigo	316
10.7. Fraude Contra Credores	317
CAPÍTULO XI	
Invalidez dos Negócios Jurídicos.	323
11.1. Plano da Invalidez.	323
11.2. Características Convergentes e Divergentes da Nulidade e da Anulabilidade	325
11.3. Hipóteses de Nulidade	328
11.4. Simulação	333
11.5. Conversão do Negócio Jurídico Nulo	336
11.6. Anulabilidade	339
11.7. Prazos de Decadência para a Anulabilidade.	341
11.8. Conservação do Negócio Jurídico Inválido	342
CAPÍTULO XII	
Ilícitos Cíveis	345
12.1. Ilícitos Cíveis em Geral.	345
12.2. Sanções ou Penas Cíveis	347
12.3. Espécies de Ilícitos Cíveis	349
12.4. Ato Ilícito	351
12.5. Contrariedade a Direito.	352
12.6. Imputabilidade Civil	353
12.7. A Culpa Como Requisito do Ato Ilícito	354
12.8. Pré-Exclusão de Ilícitude	356
12.9. Abuso do Direito.	359
CAPÍTULO XIII	
Prescrição e Decadência	364
13.1. O Tempo e o Exercício do Direito.	364
13.2. Prescrição	367
13.3. Interrupção e Suspensão da Prescrição.	372

13.4.	Prazos da Prescrição	377
13.5.	Decadência	381
CAPÍTULO XIV		
	Prova dos Fatos Jurídicos Cíveis.....	385
14.1.	Conteúdo e Espécies	385
14.2.	Confissão	388
14.3.	Documento	390
14.4.	Escritura Pública	395
14.5.	Documento Eletrônico	397
14.6.	Testemunho.....	398
14.7.	Perícia	402
	Bibliografia	405

Paulo Lôbo

Direito Civil

Obrigações

volume 2

8ª edição

2020

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseducacao.com.br

**DAOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 2 : obrigações / Paulo Lôbo. – 8. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020. 392 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-536-1315-1 (impresso)

1. Direito civil - Brasil 2. Obrigações (Direito) - Brasil I. Título.

19-1610

CDU 347.4 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Obrigações : Direito civil 347.4 (81)

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodríguez Arnal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Daniel Pavani Naveira Estevão Bula Gonçalves
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão	PBA Preparação e Revisão de Textos
Capa	Casa de Ideias / Daniel Rampazzo
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 12-10-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605971 CAE 704940

SUMÁRIO

Apresentação.	13
CAPÍTULO I	
Obrigações em Geral	15
1.1. Direito das Obrigações	15
1.2. Conceito e Pressupostos das Obrigações	20
1.3. Distinção entre Dívida e Obrigação	22
1.4. Execução Forçada	23
1.5. Dívida e Responsabilidade.	25
1.6. O Papel da Causa nas Obrigações	29
1.7. Obrigações de Meio e Obrigações de Resultado	30
CAPÍTULO II	
Constitucionalização do Direito das Obrigações.	36
2.1. A Constitucionalização das Obrigações.	36
2.2. As Etapas do Constitucionalismo e a Evolução Contemporânea do Direito das Obrigações	38
2.3. Inserção do Direito das Obrigações no Estado Social	39
2.4. Repersonalização do Direito das Obrigações.	40
2.5. Fundamentos Constitucionais do Contrato.	42
2.6. Fundamentos Constitucionais da Responsabilidade por Danos.	46
CAPÍTULO III	
Fontes das Obrigações	49
3.1. Classificação das Fontes	49
3.1.1. A antiga classificação quadripartida das fontes	52
3.1.2. A classificação das obrigações adotada pelo Código Civil brasileiro	54
3.2. Nossa Posição	56

CAPÍTULO IV

Relação Jurídica Obrigacional	59
4.1. Relação Jurídica Pessoal e Relativa	59
4.2. Distinção com a Relação Jurídica Vinculada a Direitos Absolutos.	63
4.3. Inexistência de Eficácia Real das Obrigações no Direito Brasileiro	64
4.4. Repercussão da Relação Jurídica Obrigacional em Interesses de Terceiros	66
4.5. Tutela Externa do Crédito	67
4.6. A Relação Obrigacional como Processo	70

CAPÍTULO V

Prestação	73
5.1. A Prestação como Objeto da Obrigação	73
5.2. Direito à Prestação ou Direito de Crédito	74
5.3. Licitude da Prestação	75
5.4. Determinação da Prestação	76
5.5. Possibilidade e Impossibilidade da Prestação. Superendividamento.	78
5.6. Prestações Instantâneas e Duradouras	82
5.7. Imputação de Responsabilidade	83

CAPÍTULO VI

Deveres Gerais de Conduta	84
6.1. Deveres Anexos à Prestação e Deveres Gerais de Conduta	84
6.2. Dever de Boa-Fé Objetiva nas Obrigações	88
6.2.1. Deveres pré e pós-contratuais	91
6.2.2. Dever de não agir contra os atos próprios	96
6.3. Dever de Realizar a Função Social	98
6.4. Dever de Equivalência Material das Prestações	101
6.5. Dever de Equidade	102
6.6. Dever de Informar	104
6.7. Dever de Cooperação	109

CAPÍTULO VII

Obrigações Naturais, ou Obrigações Decorrentes de Direitos sem Pretensão	113
7.1. Direitos sem Pretensão	113
7.2. Dívidas Prescritas	115
7.3. Obrigações Judicialmente Inexigíveis	116
7.4. Dívidas de Jogo e de Aposta	117

CAPÍTULO VIII	
Obrigações de Fazer e de Não Fazer	119
8.1. Primazia das Obrigações de Fazer	119
8.2. Obrigações de Fazer	120
8.2.1. Adimplemento da obrigação de fazer	121
8.2.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de fazer	124
8.3. Obrigações de Não Fazer	125
8.3.1. Inadimplemento da obrigação de não fazer	126
8.3.2. Impossibilidade superveniente da obrigação de não fazer	127
CAPÍTULO IX	
Obrigações de Dar	129
9.1. Obrigações de Dar	129
9.2. Obrigações de Dar Coisa Certa	130
9.2.1. Responsabilidade pela perda ou deterioração da coisa	131
9.2.2. Direito às benfeitorias e melhoramentos	132
9.3. Obrigação de Restituir	132
9.4. Obrigação de Dar Coisa Futura	134
9.5. Obrigações de Dar Coisa Incerta	136
9.5.1. Impossibilidade superveniente da obrigação de dar coisa incerta	138
CAPÍTULO X	
Obrigações Alternativas	140
10.1. Obrigações Alternativas e o Direito de Escolha	140
10.1.1. Titular do direito de escolha das prestações alternativas	142
10.2. Impossibilidade da Prestação Alternativa	143
10.3. Obrigações Facultativas	145
CAPÍTULO XI	
Obrigações Indivisíveis e Divisíveis	146
11.1. Obrigações Indivisíveis	146
11.2. Obrigações Divisíveis	149
11.3. Pluralidade de Participantes	150
11.3.1. Indivisibilidade da prestação em relação a vários credores	151
11.4. Conversão da Obrigação Indivisível em Divisível	152
CAPÍTULO XII	
Obrigações Solidárias	153
12.1. Obrigações Solidárias	153
12.2. Solidariedade Ativa	156

12.3.	Solidariedade Passiva	161
12.3.1.	Mora na solidariedade passiva	164
12.4.	Na Fiança Não Há Solidariedade	165
12.5.	Oposição de Exceções Comuns e Exclusivas pelo Devedor Solidário.	166
12.6.	Rateio entre os Devedores Solidários	167
12.7.	Impossibilidade da Obrigação Solidária	168
12.8.	Extinção da Obrigação Solidária	169

CAPÍTULO XIII

Transmissão das Obrigações		171
13.1.	Transmissão de Créditos e Dívidas	171
13.2.	Cessão de Crédito	172
13.2.1.	Forma da cessão de crédito	176
13.2.2.	Notificação do devedor	177
13.2.3.	Oposição de exceções pelo devedor em virtude da cessão	178
13.2.4.	Cessões legais de crédito	179
13.2.5.	Responsabilidades do credor cedente	180
13.2.6.	Créditos intransmissíveis	181
13.2.7.	Pluralidade de cessões de crédito	183
13.3.	Assunção de Dívida	183
13.3.1.	Consentimento do credor como fator de eficácia da assunção de dívida	186
13.3.2.	Assunção de adimplemento	188
13.4.	Cessão de Contrato	188

CAPÍTULO XIV

Adimplemento		190
14.1.	Concepção do Adimplemento	190
14.2.	Legitimação Ativa (Quem Deve ou Pode Adimplir)	193
14.3.	Legitimação Passiva (A Quem Se Deve Adimplir).	195
14.4.	Objeto do Adimplemento	198
14.4.1.	Dívidas de dinheiro e dívidas de valor	199
14.4.2.	A correção monetária do valor da prestação.	201
14.4.3.	Índices e parâmetros de atualização monetária	203
14.4.4.	Proibições e limitações de índices de correção monetária.	204
14.4.5.	Correção monetária excessiva como cláusula abusiva.	205
14.4.6.	Revisão da prestação por motivos imprevisíveis supervenientes	206
14.5.	Prova do Adimplemento. Quitação	209
14.6.	Lugar do Adimplemento	213

14.7.	Tempo do Adimplemento. Prazo de Graça	216
14.8.	Adimplemento Substancial	219
CAPÍTULO XV		
	Modos Eventuais de Adimplemento	224
15.1.	A Razão de Serem Modos Eventuais	224
15.2.	Consignação em Adimplemento	224
15.3.	Adimplemento com Sub-rogação	230
15.4.	Imputação do Adimplemento	234
15.5.	Dação em Adimplemento	236
15.6.	Compensação	239
	15.6.1. Efeitos da causa do negócio jurídico na compensação	244
	15.6.2. Hipóteses de exclusão da compensação	246
15.7.	Confusão	247
15.8.	Novação	249
15.9.	Remissão de Dívida	254
CAPÍTULO XVI		
	Inadimplemento das Obrigações	258
16.1.	Inadimplemento em Geral	258
	16.1.1. Culpa ou dolo no inadimplemento	261
	16.1.2. Caso fortuito e força maior	263
16.2.	Mora	264
	16.2.1. Mora do devedor	266
	16.2.2. Mora do credor	268
	16.2.3. Purgação da mora	271
16.3.	Impossibilidade do Adimplemento Não Imputável ao Devedor	272
16.4.	Perdas e Danos pelo Inadimplemento	274
16.5.	Juros Legais	281
16.6.	Arras e Direito de Arrependimento	288
16.7.	Violação Positiva da Obrigação	292
16.8.	Inadimplemento Antecipado	294
CAPÍTULO XVII		
	Cláusula Penal	296
17.1.	Características	296
17.2.	Funções da Cláusula Penal	297
17.3.	Limites Legais da Cláusula Penal	301
17.4.	Redução Judicial e Aplicação da Equidade	303

CAPÍTULO XVIII

Atos Unilaterais	307
18.1. Atos Unilaterais	307
18.2. Promessa de Recompensa	307
18.3. Concurso de Direito Privado	311
18.4. Gestão de Negócios Alheios	313
18.5. Enriquecimento sem Causa	316
18.6. Pagamento Indevido	319

CAPÍTULO XIX

Responsabilidade Civil em Geral	323
19.1. Dimensões da Responsabilidade em Geral	323
19.2. A Responsabilidade no Direito	325
19.3. Noção de Responsabilidade Civil	327
19.4. Evolução da Responsabilidade Civil	329
19.5. Fundamentos da Responsabilidade Civil	331
19.6. Responsabilidade Civil Preventiva	332
19.7. Pressupostos Gerais da Responsabilidade Civil por Dano	335
19.8. Relativização e Perspectivas dos Pressupostos da Responsabilidade Civil	337
19.9. Responsabilidade Negocial e Responsabilidade Extranegocial	340
19.10. Principais Espécies de Responsabilidade Civil	342
19.11. Responsabilidade Civil Subjetiva (ou com Culpa)	343
19.12. Responsabilidade Civil Transubjetiva	346
19.13. Responsabilidade Civil Objetiva	347
19.14. Responsabilidade Civil sem Dano	349
19.15. Pré-Exclusão de Ilícitude e Responsabilidade Civil	349
19.16. Dano em Geral	350
19.17. Espécies de Danos	352
19.18. Dano Material	353
19.19. Dano Moral	354
19.20. Dano Estético	359
19.21. Dano Existencial	360
19.22. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas	361
19.23. Responsabilidade por Cobrança de Dívida Não Vencida ou Já Paga ..	362
19.24. Responsabilidade Pré-Contratual e Pós-Contratual	363

CAPÍTULO XX

Reparação Civil	365
20.1. Dever de Reparação do Dano	365
20.2. Direito à Reparação	366

20.3.	Espécies de Reparação	367
20.4.	Abrangência da Reparação	368
20.5.	Reparação Compensatória do Dano Moral	369
20.6.	Reparação Punitiva	371
20.7.	Reparação por Fato do Homem.	373
20.8.	Reparação pelo Fato do Animal.	376
20.9.	Reparação pelo Fato da Coisa	377
20.10.	Reparação Civil Derivada da Condenação Criminal.	379
20.11.	Reparações Específicas	380
20.12.	Liquidação.	381
	Bibliografia	383

Paulo Lôbo

Direito Civil

Coisas

volume 4

8ª edição •

2023

saraiva  jur

obra completa 978-85-536-0772-3

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
WAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410**

L799d Lóbo, Paulo

Direito Civil: Coisas – v. 4 / Paulo Lóbo. – 8. ed. – São Paulo : SaraivaJur, 2023.
368 p.

ISBN 978-65-5362-826-7 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título.

2022-2967

CDD 347
CDU 347

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos	Fernando Perfeido
Novos projetos	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
Edição	Jeferson Costa da Silva (coord.) Estevão Bula Gonçalves
Design e Produção	Daniele Debora de Souza (coord.) Flávio Teixeira Quarazemin Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Lais Soriano Tiago Dela Rosa
Planejamento e projetos	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
Diagramação	Claudirene de Moura Santos Silva
Revisão	Cecilia Deus
Capa	Deborah Mattos
Adaptação de capa	Lais Soriano
Produção gráfica	Martli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Civil 347
2. Direito Civil 347

17 17791

Data de fechamento da edição: 12-10-2022Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/96 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

COD. OBRA	15795	CL	808073	CAE	818277
-----------	-------	----	--------	-----	--------

SUMÁRIO

Apresentação	13
CAPÍTULO I	
Concepção, Evolução e Âmbito do Direito das Coisas	15
1.1. Objeto do Direito das Coisas.	15
1.1.1. Os animais são coisas?	18
1.2. Um Pouco de História da Posse e da Propriedade no Brasil.	20
1.3. Quando Pessoas Humanas Foram Consideradas Coisas	26
1.4. Origens da Propriedade Moderna	28
1.4.1. Propriedade Moderna e Direito Romano.	32
1.4.2. A Propriedade na Contemporaneidade	33
1.5. Patrimônio e Direito das Coisas	35
1.5.1. Patrimônio de Afetação	37
1.6. Interações do Direito das Coisas com Outras Partes do Direito Civil	39
1.7. Classificação, <i>Numerus Clausus</i> e Tipicidade dos Direitos Reais	40
1.8. Direitos Intelectuais	43
1.9. Relação Jurídica Real.	46
1.10. Obrigações Próximas à Relação Jurídica Real	47
CAPÍTULO II	
Posse no Direito Brasileiro	49
2.1. Demarcação do Fenômeno	49
2.2. <i>Animus</i> ou <i>Corpus</i> : A Persistente Disputa de Predomínio	51
2.3. Por Que a Posse é Protegida pelo Direito?	53
2.4. Modelo Legal Brasileiro de Posse.	54
2.5. O Modo de Aquisição da Posse Determina sua Natureza	57
2.6. Titular de Posse e Detentor	59
2.7. Posse Autônoma	60

2.8.	Direito à Posse	62
2.9.	Posse em Confronto com a Propriedade	64
2.10.	Composse	65
2.11.	Concepções Legais Brasileiras da Posse	66

CAPÍTULO III

Efeitos Jurídicos da Posse		69
3.1.	Aquisição da Posse.	69
3.2.	Classificação da Posse	73
3.3.	Posse Justa e Posse Injusta	74
3.3.1.	Violência	75
3.3.2.	Clandestinidade.	77
3.3.3.	Precariedade	78
3.4.	Posse Direta e Posse Indireta	78
3.5.	Posse de Boa-Fé e de Má-Fé.	81
3.6.	Efeitos da Posse de Boa-Fé ou de Má-Fé	83
3.7.	Proteção Possessória.	87
3.8.	Proteção Possessória das Servidões.	92
3.9.	Perda da Posse	93

CAPÍTULO IV

Propriedade		95
4.1.	Propriedade, Domínio e Direito à Propriedade	95
4.2.	Conteúdo e Abrangência do Direito de Propriedade	98
4.3.	Abuso do Direito de Propriedade.	101
4.4.	Garantia Constitucional da Propriedade	102
4.5.	Constitucionalismo Social e Propriedade.	103
4.6.	Fontes Constitucionais da Propriedade ou das Propriedades	107
4.7.	Titularidades Comunitárias de Grupos Étnicos	108
4.8.	Propriedade e Meio Ambiente	112
4.9.	Direito de Acesso aos Bens Comuns	119

CAPÍTULO V

Função Social da Propriedade		123
5.1.	Contornos da Função Social da Propriedade e da Posse.	123
5.2.	Função Social como Ruptura do Modelo Moderno de Propriedade	127
5.3.	A Progressiva Inserção da Função Social nas Constituições Brasileiras	128
5.4.	A Função Social Não Significa Limite Externo da Propriedade	130
5.5.	Função Social e Interpretação das Normas Infraconstitucionais	132
5.6.	Função Social da Posse	134

5.7.	Inter-Relação com os Princípios da Justiça Social e da Solidariedade. .	136
------	---	-----

CAPÍTULO VI

Aquisição da Propriedade Imóvel	138	
6.1.	Imóvel	138
6.2.	Aquisição Originária e Derivada da Propriedade.	139
6.3.	Usucapião em Geral	140
6.4.	Usucapião Extrajudicial.	143
6.5.	Usucapião Extraordinária e Ordinária.	145
6.6.	Usucapião Especial Urbana: Individual ou Coletiva	148
6.7.	Usucapião entre Cônjuges ou Companheiros	151
6.8.	Usucapião Especial Indígena.	153
6.9.	Usucapião por Conversão da Natureza da Posse	154
6.10.	Aquisição por Acesso	155
6.11.	Aquisição por Acesso Natural	156
6.12.	Aquisição por Acesso Industrial: Construções e Plantações	160
6.13.	Aquisição por Acesso Invertida de Áreas Ocupadas.	164
6.14.	Aquisição pelo Registro Público do Título	168

CAPÍTULO VII

Aquisição da Propriedade Móvel e Descoberta de Coisa Alheia Perdida	173	
7.1.	Modalidades Legais	173
7.2.	Usucapião	174
7.3.	Ocupação	176
7.4.	Achado do Tesouro	178
7.5.	Tradição	179
7.6.	Especificação.	183
7.7.	Confusão, Comistão, Adjunção.	185
7.8.	Descoberta de Coisa Alheia Perdida	187

CAPÍTULO VIII

Perda, Extinção e Resolução da Propriedade	190	
8.1.	Espécies de Extinção ou Perda da Propriedade	190
8.2.	Alienação.	192
8.3.	Renúncia	193
8.4.	Abandono	195
8.5.	Precimento da Coisa	199
8.6.	Perda pela Desapropriação.	200
8.7.	Propriedade Resolúvel	205

CAPÍTULO IX

Direitos de Vizinhança e Direito de Construir	207
9.1. Conteúdo e Abrangência	207
9.2. Uso Anormal da Propriedade	209
9.3. Árvores Limítrofes.	214
9.4. Passagem Forçada	216
9.5. Passagem de Cabos e Tubulações.	218
9.6. Águas e Vizinhança.	219
9.7. Limites entre Prédios e Direito de Cercar ou Murar	223
9.8. Direito de Construir	225
9.8.1. Garantia de Segurança e Solidez da Construção	233

CAPÍTULO X

Condomínio Geral	236
10.1. Conceito e Espécies	236
10.2. Administração do Condomínio.	239
10.3. Direitos e Deveres dos Condôminos	240
10.4. Condomínio Necessário	244
10.5. Direito de Preferência na Alienação da Parte Ideal de Coisa Indivisível	245
10.6. Divisão e Extinção do Condomínio	248

CAPÍTULO XI

Condomínios Especiais	250
11.1. Condomínio Edilício.	250
11.1.1. Condomínio de Fato.	254
11.2. O Condomínio Edilício como Sujeito de Direitos.	255
11.3. Convenção do Condomínio	256
11.4. Assembleia dos Condôminos	259
11.5. Gestão do Condomínio	263
11.5.1. Responsabilidade Civil do Condomínio	266
11.5.2. Responsabilidade do Construtor pela Segurança da Obra	267
11.6. Contribuição Condominial.	268
11.7. Direitos e Deveres dos Condôminos	271
11.8. Extinção do Condomínio Edilício.	278
11.9. Condomínio de Lotes	279
11.10. Condomínio Urbano Simples	280
11.11. Condomínio em Multipropriedade	281
11.12. Condomínio em Fundo de Investimento.	284

CAPÍTULO XII	
Direitos Reais Limitados	287
12.1. Conceito, Conteúdo, Espécies e Aquisição	287
12.2. Direito Real de Superfície	290
12.3. Servidões	294
12.3.1. Constituição da Servidão.	296
12.3.2. Espécies de Servidões.	297
12.3.3. Exercício da Servidão.	299
12.3.4. Extinção da Servidão.	301
12.4. Usufruto	302
12.4.1. Constituição do Usufruto	303
12.4.2. Usufruto Legal	304
12.4.3. Distinções, Espécies, Abrangência do Usufruto.	305
12.4.4. Direitos e Deveres no Usufruto	307
12.4.5. Extinção do Usufruto	311
12.5. Direito Real de Uso.	313
12.6. Direito Real de Habitação	315
12.7. Direito do Promitente Comprador do Imóvel	317
12.8. Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso.	323
12.9. Direito Real de Laje.	325
CAPÍTULO XIII	
Direitos Reais de Garantia	328
13.1. Conceito e Espécies de Garantia Real	328
13.2. Características Comuns dos Direitos Reais de Garantia	330
13.3. Hipoteca	334
13.3.1. Constituição da Hipoteca. Direitos e Deveres	335
13.3.2. Hipotecas Sucessivas	338
13.3.3. Hipotecas Legais	339
13.3.4. Extinção da Hipoteca	340
13.4. Penhor.	341
13.4.1. Direitos e Deveres	342
13.4.2. Extinção	343
13.4.3. Penhor Legal	344
13.4.4. Penhores Especiais.	345
13.5. Anticrese	348
13.6. Propriedade Fiduciária em Garantia	351
Bibliografia	359

Paulo Lôbo

Direito Civil

Famílias

volume 5

8ª edição
2ª tiragem

2018

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-2269-7

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Lôbo, Paulo

Direito civil : volume 5 : famílias / Paulo Lôbo. – 8. ed. –
São Paulo : Saraiva Educação, 2018.1. Direito civil – Brasil 2. Direito de família – Brasil 3.
Direito de família – Jurisprudência – Brasil 4. Direito de família
– Legislação – Brasil I. Título.

17-1232

CDU 347.6(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito de família : Direito civil 347.6(81)

Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Editorial Roberto Navarro

Edição Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolan

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Maíllia Cordeiro
Fernando Penteado
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Laura Paraíso Buldinni Filogônio

Diagramação e revisão Markelangeo Design e Projetos Editoriais

Comunicação e MKT Carolina Bastos
Elaine Cristina da Silva

Capa Casa de Ideias / Daniel Rampazzo

Produção gráfica Mari Rampim

Impressão e acabamento Edições Loyola

Data de fechamento da edição: 1º-12-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 604476 CAE 623575

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

Família Brasileira: Origens, Repersonalização e Constitucionalização . . .	15
1.1. Introdução	15
1.2. Função Atual da Família. Sua Evolução e Perspectivas.	16
1.3. Perfil Demográfico da Família Contemporânea.	18
1.4. Repersonalização das Relações de Família	19
1.5. Socioafetividade e Multiparentalidade.	25
1.6. Constitucionalização das Famílias e de Seus Fundamentos Jurídicos . . .	30

CAPÍTULO II

Direito de Família	35
2.1. Conteúdo e Abrangência	35
2.2. Direitos da Criança, do Idoso e da Pessoa com Deficiência	37
2.3. Evolução do Direito de Família Brasileiro	39
2.4. Direito Público ou Privado?	43
2.5. Tipos de Famílias Segundo os Fins Legais	45
2.6. Interação com o Direito das Sucessões	46
2.7. Interferências dos Outros Ramos do Direito Civil.	47
2.8. Tutela da Privacidade e a Mediação Familiar	48
2.9. Direito de Família Intertemporal	50

CAPÍTULO III

Princípios do Direito de Família	54
3.1. Princípios Aplicáveis ao Direito de Família	54
3.2. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e Família	55
3.3. Princípio da Solidariedade Familiar.	57
3.4. Princípio da Igualdade Familiar e Direito à Diferença.	60
3.4.1. Direito das mulheres e (direito a) diferença entre os gêneros. . .	62
3.4.2. Emancipação progressiva da mulher na legislação brasileira . . .	64

3.5.	Princípio da Liberdade Familiar	66
3.6.	Princípio da Responsabilidade Familiar (e da Pluralidade)	67
3.7.	Princípio da Afetividade	70
3.8.	Princípio da Convivência Familiar	73
3.9.	Princípio do Melhor Interesse da Criança	75

CAPÍTULO IV

Entidades Familiares		78
4.1.	Pluralismo das Entidades Familiares e dos Âmbitos da Família	78
4.2.	Da Demarcação Jurídico-Constitucional das Entidades Familiares	80
4.3.	Das Normas Constitucionais de Inclusão	82
4.4.	Do Melhor Interesse das Pessoas Humanas que Integram as Entidades Familiares	83
4.5.	Família Monoparental.	84
4.6.	União Homoafetiva	86
4.7.	Famílias Recompostas.	89

CAPÍTULO V

Casamento		93
5.1.	Validade e Eficácia do Casamento.	93
5.2.	Casamento Religioso.	96
5.3.	A Idade Núbil ou a Capacidade para Casar.	98
5.4.	Impedimentos Matrimoniais em Geral	100
5.5.	Tipos de Impedimentos Matrimoniais	103
5.6.	Causas Suspensivas do Casamento	105
5.7.	Habilitação para o Casamento	106
5.8.	Celebração e Registro do Casamento	108
5.9.	Casamentos em Situações Extremas	112
5.10.	Prova do Casamento e Posse do Estado de Casado	113
5.11.	Casamento no Estrangeiro	114

CAPÍTULO VI

Invalidade do Casamento		116
6.1.	Peculiaridades e Espécies de Invalidade do Casamento	116
6.2.	Nulidade do Casamento	117
6.3.	Anulabilidade do Casamento	120
6.4.	Erro Essencial sobre a Pessoa do Outro Cônjuge.	124
6.5.	Prazos Decadenciais para Anulação do Casamento	126
6.6.	Casamento Putativo	128

CAPÍTULO VII

Eficácia do Casamento.	130
7.1. Plano da Eficácia e Direção da Sociedade Conjugal.	130
7.2. Alteração ou Adoção de Nome com o Casamento.	132
7.3. Deveres Comuns e Igualdade Conjugal.	133
7.4. Dever de Fidelidade Recíproca	135
7.5. Dever de Respeito e Consideração Mútuos	136
7.6. Dever de Vida em Comum, no Domicílio Conjugal.	137
7.7. Dever de Mútua Assistência	138
7.8. Dever de Sustento, Guarda e Educação dos Filhos	138
7.9. Descumprimento dos Deveres Conjugais	140

CAPÍTULO VIII

Divórcio	141
8.1. O Divórcio, Seus Antecedentes e a Mudança Constitucional	141
8.2. Extinção da Separação Judicial e de Causas ou Prazos para o Divórcio	143
8.3. Tipos de Divórcio no Direito Brasileiro Atual.	146
8.4. Critérios Comuns aos Divórcios Judiciais	148
8.5. Divórcio Consensual Extrajudicial	150
8.6. Efeitos do Divórcio.	152
8.7. Desconsideração da Personalidade Jurídica em Razão do Divórcio	153
8.8. Efeitos Essenciais do Divórcio.	155
8.9. Situação dos Separados Judicialmente e Ainda Não Divorciados.	156
8.10. Normas Revogadas do Código Civil e da Lei de Introdução	157
8.11. Separação de Corpos e Separação de Fato	159

CAPÍTULO IX

União Estável	162
9.1. Da Desconsideração Legal a <i>Status</i> Constitucional. Características	162
9.2. Requisitos, Natureza e Validade da Relação Jurídica	166
9.3. Distinção e Conversão do Namoro em União Estável.	169
9.4. Quando se Inicia a União Estável	170
9.5. Direitos e Deveres.	172
9.6. Regime de Bens	174
9.7. Conversão da União Estável em Casamento	177
9.8. Extinção da União Estável	180
9.9. Uniãos Estáveis Paralelas.	181
9.10. Uniãos Estáveis Putativas	184
9.11. União Estável Concubinária	185

CAPÍTULO X

Direito à Convivência e Proteção dos Filhos	188
10.1. Proteção dos Filhos como Direito à Convivência	188
10.2. Direito à Convivência do Filho de Pais Separados	189
10.3. Direito à Convivência Compartilhada	191
10.4. Guarda Unilateral	197
10.5. Direito de Visita na Guarda Unilateral	200
10.6. Alienação Parental	202

CAPÍTULO XI

Relações de Parentesco	205
11.1. Parentesco no Direito Brasileiro	205
11.2. Origens e Modalidades do Parentesco	206
11.3. Parentesco em Linha Reta	207
11.4. Parentesco Colateral	209
11.5. Graus de Parentesco e sua Contagem	210
11.6. Parentesco por Afinidade	212

CAPÍTULO XII

Direito de Filiação	215
12.1. Conceito de Filiação	215
12.2. Igualdade da Filiação	216
12.3. Direito ao Planejamento Familiar	217
12.4. Modos e Presunções Legais de Concepção dos Filhos	218
12.5. Inseminação Artificial Homóloga e o Problema da Gestação por Substitui�o	221
12.6. Inseminação Artificial Heteróloga	225
12.7. As Presunções de Filiação na União Estável	227
12.8. Filiação Socioafetiva, Origem Genética e Parto An�nimo	228
12.9. Prova da Filiação	232
12.10. Validade e Eficácia do Registro de Nascimento	234
12.11. Posse de Estado de Filiação	236
12.12. Legitimidade para a Prova Judicial da Filiação	238
12.13. Multiparentalidade e Filiação	239

CAPÍTULO XIII

D�vidas e Impugna�o da Filiação	246
13.1. Novas N�pcias da Mulher	246
13.2. Impotência para Gerar	248

13.3. Presunção de Paternidade e o Adulterio da Mãe	249
13.4. Impugnação da Paternidade pelo Marido da Mãe	250
13.5. Reconfiguração da Presunção <i>Pater Is Est</i>	253
13.6. Impugnação da Maternidade pela Suposta Mãe	254
13.7. “Adoção à Brasileira”	256

CAPÍTULO XIV

Reconhecimento de Filho	259
14.1. Direito ao Reconhecimento Voluntário de Filho	259
14.2. Mudança de Natureza do Reconhecimento de Filho	261
14.3. Modalidades de Reconhecimento Voluntário	262
14.4. Irrevogabilidade e Incondicionalidade do Reconhecimento	266
14.5. Direito do Filho a Residir com o Genitor que o Reconheceu	267
14.6. Guarda do Filho Reconhecido	268
14.7. Investigação da Paternidade e da Maternidade	269
14.8. Consentimento e Impugnação do Reconhecimento pelo Filho	272

CAPÍTULO XV

Adoção	276
15.1. Características, Evolução e Fundamentos Constitucionais	276
15.2. Legitimados a Adotar	280
15.3. Estágio de Convivência	282
15.4. Consentimento para Adoção e Hipóteses de Sua Dispensa. Entrega pela Gestante para Adoção	283
15.5. Adoção por Duas Pessoas	286
15.6. Adoção de Maiores de 18 Anos	287
15.7. Requisitos do Processo Judicial e do Benefício do Adotando	288
15.8. Efeitos da Adoção	290
15.9. Adoção Internacional	294

CAPÍTULO XVI

Autoridade Parental	297
16.1. Transformação do Pátrio Poder na Autoridade Parental	297
16.2. Compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente	300
16.3. Os Pais como Únicos Titulares da Autoridade Parental	301
16.4. Titularidade da Autoridade Parental pelos Pais Separados	302
16.5. Exercício da Autoridade Parental	303
16.6. Suspensão e Extinção da Autoridade Parental	306
16.7. Perda da Autoridade Parental	308

16.8. Abandono Afetivo do Filho	311
16.9. Responsabilidade Civil dos Pais	314
16.10. Representação, Assistência e Curatela dos Filhos	316
16.11. Administração e Usufruto dos Bens dos Filhos	317
CAPÍTULO XVII	
Regime Matrimonial de Bens	321
17.1. Liberdade de Convenção e Mudança de Regime	321
17.2. Regime Legal Dispositivo	325
17.3. Regime Legal Obrigatório	326
17.4. Efeitos Comuns entre os Cônjuges, em Qualquer Regime de Bens	330
17.5. Atos Proibidos ao Cônjuge sem Autorização do Outro	333
17.6. Responsabilidade Civil do Cônjuge pela Má Gestão dos Bens Comuns e Privativos	337
17.7. Pacto Antenupcial	339
17.8. Regime de Bens no Casamento com Estrangeiro	344
17.9. Direito Intertemporal	344
CAPÍTULO XVIII	
Regime de Comunhão Parcial	347
18.1. Bens Comuns e Bens Particulares	347
18.2. Bens que Entram na Comunhão	348
18.3. Bens, Valores e Obrigações Excluídos da Comunhão	349
18.4. Exclusão por Causa de Aquisição Anterior ao Casamento	352
18.5. Bens Móveis	353
18.6. Administração dos Bens Comuns e Responsabilidade pelas Dívidas	354
18.7. Administração dos Bens Particulares e Dívidas Respectivas	356
CAPÍTULO XIX	
Regimes Matrimoniais de Bens Facultativos	357
19.1. Regime de Comunhão Universal	357
19.2. Regime de Separação de Bens	361
19.3. Regime de Participação Final nos Aquestos	364
19.3.1. Patrimônio próprio de cada cônjuge	366
19.3.2. Partilha dos aquestos e o modo de cálculo	367
19.3.3. Dívidas dos cônjuges	371
19.3.4. Presunções de titularidades dos aquestos	373
19.3.5. Outros efeitos do regime	374

CAPÍTULO XX

Alimentos	376
20.1. Natureza, Características e Fundamentos	376
20.2. Requisitos de Necessidade, Possibilidade e Razoabilidade	381
20.3. Obrigação Solidária ou Subsidiária?	383
20.4. Titulares dos Alimentos ou Alimentandos	385
20.5. Devedores dos Alimentos ou Alimentantes	389
20.6. O Fator Culpa na Atribuição dos Alimentos	391
20.7. Fixação dos Alimentos	392
20.8. Atualização e Revisão dos Alimentos	395
20.9. Extinção	396
20.10. Prisão Civil do Devedor	399
20.11. Compensação Econômica (Alimentos Compensatórios)	401

CAPÍTULO XXI

Bem de Família	405
21.1. Conceito, Evolução e Tipos	405
21.2. Objeto do Bem de Família Legal	407
21.3. Bens e Dívidas Excluídos do Bem de Família Legal	410
21.4. Beneficiários do Bem de Família Legal	411
21.5. Fraude Contra Credores e Desconsideração da Pessoa Jurídica	412
21.6. Instituição de Bem de Família Voluntário	413
21.7. Objeto do Bem de Família Voluntário	415
21.8. Beneficiários do Bem de Família Voluntário	417
21.9. Exclusões da Impenhorabilidade e Proibições	418
21.10. Extinção do Bem de Família Voluntário	419

CAPÍTULO XXII

Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada	421
22.1. Finalidades e Distinções	421
22.2. Escolha e Nomeação do Tutor	422
22.3. Incapacidade de Exercício e Escusa da Tutela	424
22.4. Exercício da Tutela	427
22.5. Prestação de Contas pelo Tutor	429
22.6. Extinção da Tutela	430
22.7. Curatela	431
22.8. Tomada de Decisão Apoiada	436
Bibliografia	439